

**Entrelinhas da Revolução: o dito e o não dito nas páginas do Correio Braziliense e da Gazeta do Rio de Janeiro sobre a Revolução Haitiana (1808-1822). Palavra Da Moda: “Revolução” – Palavra Proibida**

Soraya Matos de Freitas\*

**Resumo**

Este trabalho, parte de pesquisa de mestrado em desenvolvimento, objetiva caracterizar as notícias e repercussões, em terras brasileiras, relativas às sublevações de escravos e às lutas de emancipação na colônia francesa de Saint Domingue (Haiti). Nosso interesse é investigar, por meio da análise comparativa entre dois periódicos - a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense - a forma como tais notícias vieram a circular, buscando assim identificar o silenciamento sobre a experiência em questão, bem como as comparações e/ou ilações com o que então ocorria no Reino do Brasil e em outros domínios ultramarinos de Portugal, entre 1808 e 1822. Interessa-nos, como enfoque específico no âmbito desse trabalho, identificar os sentidos do conceito de revolução na maneira como esse veio a ser empregado nas alusões ao Haiti.

**Palavras-Chaves:** Revolução, Silêncio, Re-Significação.

**Abstract**

This work, part of research in development, objectifies characterize the news and repercussions, in brazilian ground, relative to the slaves' rebellions and to the emancipation fights in the French colony of Saint Domingue (Haiti). Our interest is to investigate, by means of the comparative analysis between two periodicals - the Gazeta do Rio de Janeiro and Correio Braziliense - the form as such news came to circular, seeking thus to identify the silence on the experience at issue, as well as the comparisons and/or deductions with that then occurred in Brazil's Kingdom and in other Portugal's overseas domains, between 1808 and 1822. We has interest, like specific focus in the scope of this work, identify the revolution concept meanings in the way as that became used in the allusions to Haiti.

**KEYWORDS:** Revolution, Silence, Re-Signification

Ao pensar em como iniciar este artigo, duas frases me vieram à mente. Pesquisando sobre o autor de uma delas, descobri-o filósofo, iluminista, morto guilhotinado em 1794, na então revolucionária França. Refiro-me a Antoine L. de Lavoisier, considerado o pai da química moderna.

Lavoisier nasceu em Paris no dia 26 de agosto de 1743, numa família nobre da França. Graduou-se em direito, porém não exerceu a profissão dado que as ciências naturais eram o seu foco; notabilizou-se estudando química. Eclético em conhecimentos e ações, Lavoisier foi membro da Academia de Ciências e da comissão de Agricultura, além de inspetor geral das pólvoras e salitres. Tudo isso sem deixar de dedicar-se às experiências químicas.

Dentre todas as atividades por ele desenvolvidas, uma lhe deu boas divisas e a fatídica condenação à guilhotina: tornou-se coletor de impostos ao comprar ações da Ferme Générale. Tal atividade lhe rendia, além de lucro, o ódio do povo.

Em 1789, Lavoisier foi nomeado deputado suplente dos Estados Gerais. Participou, em 1790, da comissão que estabeleceu o sistema de pesos e medidas e, um ano depois, defendeu, como Secretário do Tesouro, um plano de recolhimento dos impostos.

Em 1793 a Convenção mandou fechar as academias e decretou a prisão dos coletores de impostos. Lavoisier foi preso e acusado de peculato. Considerado culpado em seu julgamento, recebeu como pena a execução na guilhotina, realizada em 8 de maio de 1794<sup>1</sup>.

A sua frase, que nos serve por mote: “*Na natureza nada se perde, nada se cria tudo se transforma*”. Oração que enunciou a Lei da Conservação da Matéria<sup>2</sup>, foi a esta conclusão que chegou Lavoisier em suas pesquisas. Identificamos sua participação, portanto, em duas revoluções: uma política, outra científica.

Segundo Koselleck, *revolução*, no período dos filósofos iluministas, era um conceito que estava na *moda*: “tudo aquilo que se via e se descrevia era compreendido a partir da perspectiva da transformação, da comoção. A revolução abarcava os costumes, o direito, a religião, economia, nações, Estados e continentes, enfim todo o globo terrestre.” (KOSELLECK, 2006: 67)

Lavoisier participou de um período em que transformações científicas eram denominadas *Revolução*, imbuídas do sentido de evolução e/ou progresso. Fato é: este conceito, que originalmente apresentava acepção astronômica<sup>3</sup>, recebeu, ao longo do século XVIII, outro significado.

A Revolução Francesa aplicou o sentido de ruptura ao conceito *revolução*. As revoluções políticas anteriores, em certa medida, já apontavam para uma mudança no curso do significado deste termo, mas foi a francesa que rompeu com o antigo para trazer o novo. Não mais *revoluções*, antes, porém, *revolução*.

Retomando Lavoisier, e, aplicando sua assertiva à Revolução Francesa, podemos afirmar que *na revolução nada se perde, nada se cria, tudo se transforma*. Mas essa transformação inicial, que causou temor em alguns, e êxtase em outros, propiciaria mudanças ulteriores: a palavra *revolução* estava na moda, e, como podemos inferir, esta não alcança a

---

<sup>1</sup> \*Mestranda do programa de Pós-graduação da UERJ – FFP.

O comentário que ecoou após a morte de Lavoisier foi o do matemático Joseph-Louis Lagrange, como segue: "Não necessitaram senão de um momento para fazer cair essa cabeça e cem anos não serão suficientes para reproduzir outra semelhante". Sites acessados em outubro de 2008:  
<http://www.cdcc.usp.br/quimica/galeria/lavoisier.html>,  
<http://www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/lavoisie.htm>,  
<http://www.algosobre.com.br/biografias/antoine-lavoisier.html>,  
<http://allchemistry.iq.usp.br/metabolizando/beta/01/lavoisie.htm>.

<sup>2</sup> Ou Conservação da Massa.

<sup>3</sup> Neste caso o sentido do vocábulo se referia a um movimento circular em que as coisas voltavam ao seu ponto de partida.

todos. Assim, o termo que foi tão largamente usado na Europa, sofreu algumas alterações ou silenciamentos para que essa moda não coubesse a todos.

Mona Ozouf, autora do verbete *revolução* no Dicionário Crítico da Revolução Francesa<sup>4</sup>, inicia suas indagações dizendo que os homens da revolução tentaram buscar no passado algo que apontasse para o que estavam vivenciando. Dentre os textos pesquisados por esses homens ela cita um, Mably, que escreveu em 1750: trata-se do diálogo entre um inglês e um francês, onde o primeiro aconselhava o segundo quanto à utilidade das revoluções à pátria: “No ‘clamor geral’ de aprovação que suscitará a reunião deles, tudo se tornará fácil: a eliminação dos abusos, o enfraquecimento da prerrogativa monárquica, a institucionalização dos direitos da nação. A isso resume-se a Revolução.”(OZOUF, 1989: 840)

O sentido dado por Mably à *revolução* tinha aproximações com a revolução astronômica, ou seja, buscava-se algo que trouxesse as coisas de volta ao seu ponto de partida. Entretanto, não havia novidade no sentido de retorno à condição anterior. Essa definição passou a concorrer com um uso que foi se banalizando e que os dicionários começavam a registrar:

As Revoluções são as vicissitudes da existência humana, as mudanças extraordinárias sobrevindas nos negócios públicos, os reveses de sorte das nações. Não se trata mais de um retorno do mesmo ao mesmo, mas do aparecimento, brusco e violento, da novidade. O caráter imprevisível sobrepuja o previsível, a desordem a ordem, o extraordinário o ordinário. (OZOUF, 1989:841)

No verbete de Ozouf podemos entender que as revoluções tomadas como referência, naquele momento, eram a Inglesa e a Americana. Na inglesa o sentido poderia ser de restauração ou de indução à desordem, já a americana era tida como uma “Revolução Feliz” pelo papel que reservou à vontade humana:

O exemplo é, por isso mesmo, mais significativo, pois ele mostra, a despeito de tais características, a confusão persistente dos sentidos da palavra revolução. Os comentaristas mais favoráveis à “Revolução Americana” continuam a interpretá-la como uma restauração (...). Mas tal retorno a ordem não preserva, no entanto, a América das desordens de uma outra revolução: “receio, diz Mably, que a América seja novamente impelida a uma dura Revolução”. Ao lado da feliz revolução ordenada do retorno e do repouso, a revolução desordenada da alteração e da agitação. Há, portanto, sempre duas revoluções. (OZOUF, 1989:841, 842)

Resumindo: Ozouf propõe nesse verbete que o termo revolução trazia sempre dois significados, e o que assumia a idéia de restauração não perdurou, visto que a Revolução Francesa não restaurou o velho, nem retornou ao ponto em que começou; não era possível,

---

<sup>4</sup> Um interessante verbete, em que alguns estudos são apontados e analisados, e podem nos ajudar aqui a entender as mudanças de significado que o conceito sofreu no calor dos acontecimentos revolucionários em França.

portanto, compará-la a revoluções anteriores. Monumentalizar esse acontecimento foi, também, um componente para essa busca de significação pela qual passou o conceito de *revolução*.

Voltando a Koselleck: este autor compreende que a revolução trouxe para a história o senso de ruptura, como tendo sido um momento outro do desenvolvimento do moderno conceito de história. Podemos ver, portanto, que o sentido da revolução transformou-se ainda dentro do contexto historiográfico. Salientamos, no entanto, que nem todos os acontecimentos receberiam a insígnia revolucionária: este termo cabia, via de regra, a grandes eventos ocorridos em países centrais, irradiadores de novas idéias.

Feita essa discussão, propomos a seguinte problematização: encontrar, nas referências feitas ao Haiti, as condições de uso do conceito *revolução*. Recorremos, portanto, ao Correio Braziliense a fim de comprovar que a “moda” revolucionária também é excludente.

Em algumas passagens, ao se referir aos acontecimentos da ilha antilhana, os deputados portugueses e brasileiros das Cortes em Lisboa o identificavam como *sublevação* ou *insurreição* de escravos. O que acontecia na ex-colônia francesa não chegaria aos leitores como sendo uma revolução, afinal, este termo não seria usado para um acontecimento em que os atores principais eram escravos negros.

Um exemplo disso pode ser lido nas transcrições que Hipólito da Costa faz das sessões das cortes. Temos, nessa citação, a exata medida do que era apreendido acerca do movimento antilhano:

Se o Brazil, illudido pelas facçoens, arvorar o estandarte estrelado, elle sentirá bem depressa os males que lhe annuncio: ou a mãy pátria usará de seus direitos, ou naçoens ambiciosas irão colonizar as províncias, que mais conta lhe fizerem, ou os escravos renovarão as scenas de S. Domingos: mas tam melancholicas ideas não tem lugar algum pois a maioria dos Brasileiros não pensa como os facciosos, que rodêam o Príncipe. (COSTA, 2001: 61- 67)

Na fala do deputado português não há a *revolução* e sim *cenar* de S. Domingos. O que ocorreu na ilha caribenha, para esse português, não se configurava como uma revolução. *Cenas* remetem a representação teatral.

Na resposta do representante da colônia americana, o deputado Ribeiro de Andrada, a pergunta era como o deputado português havia entendido a independência no projeto, sendo que esta não figurava em suas linhas. A argumentação de Andrada segue no sentido de refutar, com ironia, o companheiro português nas Cortes. Ao fim ele usa a seguinte justificativa para afastar um dos males que o deputado Girão apontou no caso da separação:

A Bahia por exemplo, tem um terço de escravos, e em varias províncias, só um décimo de seus habitantes o são, e o illustre preopinante fez muita injustiça ao seu próprio sangue, em accreditar, que três quartos de habitantes Portuguezes possam ter que recear de um quarto de bárbaros, vindo da costa d’Africa, que se podem comparar com os Espartanos, a quem a vista do açoute era bastante para os afugentar; o exemplo de S. Domingos não pode servir de regra; ali haviam 500.000 negros, entre uma população de 50.000 brancos: não tema portanto o illustre preopinante aquella desgraça, que nos a não tememos, a pezar de nos tocar mais de perto. (COSTA, 2001: 61-67)

O deputado Ribeiro de Andrada usa os números do censo para afastar o que denominou de *exemplo* de S. Domingos. Aqui também não havia referência ao termo *revolução*.

Quando Hipólito comentou, no final do periódico, na sessão chamada *Reflexões sobre as novidades deste mês*, começou por lembrar os leitores que os deputados brasileiros, quando fizeram o requerimento para serem ouvidos sobre esta parte da Constituição, tiveram seu pedido negado, mas que lhes sinalizaram a possibilidade de adicionar artigos e emendas convenientes às províncias. Criticou, ademais, o fato de a Constituição ser escrita só por portugueses, pois teria as marcas da dominação e superioridade que causava desconforto aos deputados brasileiros.

O redator do Correio Braziliense fez suas análises, e, com relação especificamente ao embate de Girão e Ribeiro de Andrada expressou-se:

Diz o Deputado Girão, no meio de mil declaraçoens intempestivas, e irrelevantes, que se o Brazil arvorar o estandarte estrelado; isto he se se declarar independente; ou a mãy pátria usará de seus direitos; ou naçoens ambiciosas irão colonizar as províncias, que mais conta lhe fizerem; ou os escravos renovarão as scenas de S. Domingos. (COSTA, 2001: 61-67)

Para Hipólito as alternativas apontadas pelo deputado não eram temíveis. Argumentou sobre elas, e sobre as cenas de S. Domingos, concordou com o deputado brasileiro:

A terceira alternativa foi amplamente respondida pelo deputado Andrade, em sua falla, que copiamos a p. 64; até ridicularizando a idea, de que os negros do Brazil, na Bahia só um terço dos habitantes, n’outras províncias só um décimo, pudessem assoberbar todo o resto da população, que lhe he tam superior em todos os sentidos. (COSTA, 2001: 183-185)

Continuou sua argumentação e retomou o dado da “insurreição” de escravos que estaria sendo articulada: “Girão insinua em termos tam claros, como já o tinham feito alguns escriptores de seu partido, que se recorrerá a fomentar uma insurreição dos escravos no Brazil; e até já corre o rumor, de que há planos mui adiantados, para provocar esse mal.” (COSTA, 2001: 183-185)

Esta busca por significados e transformações conceituais que a escrita da história nos possibilita entender, e perseguir, tem entre seus componentes o silenciamento. Seguir esse

movimento pode nos auxiliar a entender como, na *Era das Revoluções*, o termo *revolução* era usado, e quem poderia atribuir o sentido de ruptura que a Revolução Francesa trouxe para ele, afinal, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. (FOUCAULT, 1999:26)

Para começar a pensar o silêncio, tomaremos por referencial teórico a autora Eni Puccinelli. Uma das abordagens sobre a qual esta autora se debruça, e que nos é particularmente interessante, diz respeito à política do silenciamento:

Aí entra toda a questão do “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc. Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher, só para citar alguns terrenos já explorados por mim. (ORLANDI, 1992:29)

A autora indica neste trecho alguns dos campos férteis que ela já explorou. Aqui indicamos mais um, ligado ao nosso interesse: a relação entre escravos e senhores, entre negros e brancos. Como Eni Puccinelli bem coloca, não é suficiente pensar o silenciamento, pois se faz necessário pensar o silêncio para além de sua dimensão política. Isto porque o silêncio é fundante<sup>5</sup>. “Quer dizer, o silêncio é a matéria significante por excelência, um *continuum* significante. O real da significação é o silêncio (...) o silêncio é o real do discurso.” (ORLANDI, 1992:29)

O silêncio que, para além da palavra, significa, pode ser produzido pelo homem com a intenção de minimizar sentidos, desviar atenções e, ao fim, redefinir significados: “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas.” (ORLANDI, 1992:32)

Eni Puccinelli utiliza duas metáforas para ilustrar o silêncio: o mar e o eco. A do mar nos remete a imagem e a do eco ao som. O mar e o eco nos trazem o movimento, monótono para o primeiro e contínuo para o segundo. Mas ao fim, e para os dois, movimento. “A significação é um movimento.” (ORLANDI, 1992:33)

Assim, a despeito da dificuldade de estudar o silêncio, é possível percebê-lo na escrita através dos novos sentidos atribuídos à algumas palavras, nesse contexto de modificação em que está inserido o termo *revolução*.

---

<sup>5</sup> O homem é um ser que significa e suas ações e palavras assim como ele significam no mundo tudo tem um sentido. E aqui entendemos o silêncio não apenas como fala, pois o silêncio é em si mesmo um sentido, o silêncio é. E pensando assim podemos entender o silêncio fundante.

Faz-se necessário pontuar aqui as diferentes formas de silêncio que são estudadas por Eni Puccinelli, e que nos inspiraram a estudar o silêncio na história da repercussão da Revolução Haitiana, nas linhas dos periódicos já referenciados:

O silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo produzindo as condições para significar; a política do silêncio, que se subdivide em: a) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras) e b) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (ORLANDI, 1992:24)

No *constitutivo*, entendemos que há o silêncio da atitude de substituir uma palavra por outra, ou seja, falar de *insurreição* de escravos é diferente de falar em *revolução* feita por escravos; para dizer que houve uma insurreição, independência, abolição em uma colônia liderada por negros e mulatos, livres e escravos, é preciso “não dizer” ou contar que houve uma *sublevação*.

Esta forma já nos remete à *censura*, àquilo que é proibido dizer em certa conjuntura – a ocasião a qual este trabalho se refere liga-se a um tempo em que, na colônia portuguesa da América (onde os periódicos, nossas fontes documentais, circulavam, a despeito da grande maioria da população ser analfabeta) existia a possibilidade das idéias se propagarem entre a população, que era, em sua maioria, formada por negros e mulatos, escravos ou livres.

Deste ponto podemos pensar, com Puccinelli, sobre o implícito: “O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas, é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”. (ORLANDI, 1992:102). Assim o silêncio e o implícito não podem ser considerados a mesma coisa.

A memória que foi construída sobre o evento antilhano seria influenciada também pela redação dos periódicos, e aqui, podemos aplicar as duas metáforas de Puccinelli: o mar e o eco. A do mar nos indica que a (possível) imagem erigida, colaria os eventos revolucionários haitianos à cenas negativas, e a um exemplo negativo; ao eco associamos aquilo que se perpetuou e repercutiu entre os negros e mulatos, escravos ou livres, não só da então colônia portuguesa na América, mas por toda a América.

Sugerimos, ainda, um voltar de olhos para a colônia lusa. Para isso, e mantendo como elemento de observação o vocábulo *revolução*, observaremos o estudo do professor Marco Morel, a fim de reafirmar que a “moda revolucionária” não é para todos. O corte cronológico agora recai sobre o Império do Brasil.

Morel dá ao seu primeiro capítulo o interessante título de “*As Revoluções nas prateleiras da Rua do Ouvidor*”. Através da história de um livreiro e editor francês, Pierre

Plancher<sup>6</sup>, que veio para o Rio de Janeiro em 1824, Marco Morel traçou a mudança que ocorreu no espaço da capital imperial.

O que nos saltou aos olhos nesse capítulo foi a possibilidade de encontrar o largo uso da palavra *revolução* por entre os títulos vendidos por Plancher em sua loja de livros. “A livraria Plancher na Rua do Ouvidor 95 era uma das estrelas destacadas na constelação do comércio, sobretudo europeu (cultural ou não), que se instalara no centro do Rio de Janeiro, no âmago da cidade imperial brasileira.” (MOREL, 2005:30)

Podemos entender que essa seria uma loja em que a moda desfilava. E, como Morel destacou, não só a de livros, mas também ali “vendiam-se chapéus, roupões, rendas e bordados franceses e plumas”. Interessa-nos, para além dos livros que Plancher editava, os outros, os títulos que constavam de outras casas editoriais. Este francês tornou-se um representante comercial, além de editor.

Marco Morel fez o levantamento<sup>7</sup> dos títulos que figuravam nessa loja, chegando a algumas conclusões: a maioria dos livros estava em francês, isso demonstra o quanto a cultura francesa era importante nessa época, e como Plancher era um agente divulgador dessa cultura; o período histórico contemporâneo demonstrava que 60% do que estava sendo impresso estava ligado ao período da Restauração; os conteúdos desses livros estavam assim dispostos: 25% história, 24% ciências e artes liberais, 19% política, 16% belas/artes, 12% direito e 4% religião. Acerca desses dados, Morel comenta que:

Quem passasse mais tempo nesta livraria do centro da cidade imperial do Rio de Janeiro e folheasse os livros com argúcia poderia chegar à constatação de que um tema ocupava a maioria (59%) dos livros de História e Política: as Revoluções, especialmente a Revolução Francesa (72% das obras sobre Revoluções). A preocupação de registrar, recuperar – e sobretudo exorcizar – a memória histórica ainda incandescente do período revolucionário foi, como se sabe, uma característica marcante da produção intelectual francesa durante a Restauração. Daí encontrarmos as Revoluções nas prateleiras da Rua do Ouvidor. (MOREL, 2005: 40)

Importa afirmar que a palavra *revolução* estava lá, inscrita, como que se infiltrando na moda, ou na tendência. Combinando com ela tudo o mais estaria na moda. Faremos, daqui em diante, o exercício de matizar o uso deste termo, considerando que havia também o viés da proibição; usamos o sentido em que Foucault entendeu essa questão: o da interdição.

---

<sup>6</sup> A trajetória deste francês passou por uma metamorfose ao atravessar o Atlântico: *plebeu e sans-cullote na Europa, tornaria-se fidalgo no Brasil*. Plancher, em contato com o imperador D. Pedro I, a fim de obter autorização de funcionamento para sua tipografia e livraria, angariou sua simpatia, cremos que em função de dois motivos: o francês era bonapartista e já havia editado o teórico do liberalismo francês, Benjamin Constant. Tanto na França quanto aqui esse livreiro angariou desavenças por conta de suas posições políticas e de suas redes de sociabilidades.

<sup>7</sup> “Os catálogos da Livraria Plancher ofertavam, em 1827, 317 títulos. Um leitor que chegasse aí poderia passar horas a fio diante das prateleiras para dar conta de conhecer o que havia à venda, folheando ao acaso um e outro exemplar.” (MOREL, 2005: 36).

Foucault pontua que os interditos ficam mais explícitos, dentro da sociedade, nas regiões da sexualidade e da política; interessa-nos, em específico, o espaço político. Ele aponta para a história que, segundo suas ponderações, sempre ensina que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1999:10)

Quem detinha o privilégio da moda da luta revolucionária, no momento em que nossa pesquisa se situa, não eram os negros escravos. Desta feita entendemos que *revolução* era, para eles, uma “palavra proibida” e qualquer *insurreição*, *insubordinação*, *sublevação*, *rebeldia*, *cenos*, que se relacionasse a negros escravos, não levaria consigo a palavra que, nesse momento, estava colada à moda dos que lutavam para ultrapassar o que chamaram de “antigo regime”.

Segundo Foucault, um dos sistemas de exclusão que se relaciona ao discurso é esse: “a palavra proibida”, que é exercido do exterior e que põe em jogo o poder e o desejo. Aqui o poder da palavra é o que buscamos; o poder de usá-la, e a imagem que essa expressão poderia trazer para as *cenos* que se relacionavam à luta pela liberdade dos escravos. O termo *revolução* poderia trazer essa luta para o centro da tendência vivenciada no período em que a moda era revolucionar-se.

Aqui ligo-me ao segundo pensador que me veio à memória ao iniciar este artigo: Karl Marx. Nascido em 1818, pode-se dizer que veio ao mundo já envolto na aura revolucionária que pairava no mundo. Apesar de Marx não ter vivido a Revolução Francesa, e de tampouco ter citado a Revolução Haitiana em seus estudos, uma frase sua pode ser a imagem dessa *Era das Revoluções*: “Tudo o que é sólido se desmancha no ar”<sup>8</sup> nas palavras desse grande pensador que viu nas rupturas que a revolução acionava o motor da história.

Nesse ponto a imagem que essa frase traz pode ser encaixada à de Lavoisier, pois, ao fim e ao cabo, por mais que tudo pudesse se desmanchar, nada se criava, nada se perdia, tudo se transformava. Essa transformação seguia os significados que as ondas do mar ou os ecos lhe emprestavam. Não havia, no sentido da palavra *revolução*, algo de sólido que não pudesse ser transformado para significar ruptura ou restauração.

A repercussão da Revolução Haitiana passou pelo silenciamento nos periódicos, como vimos, e uma forma de estudar esse silenciamento é buscar as palavras usadas para descrever o que aconteceu na ilha antilhana. Sublevação, insurreição, são termos que se pesquisarmos hoje no dicionário têm um sentido também de revolução, mas não são vocábulos que

---

<sup>8</sup> Esta frase encontra-se no *Manifesto Comunista*, datado em 1848.

desfilaram no palco da moda que aqui nos propusemos a entender. Uma moda que, como acima já dito, não era para todos; assim, substituir a locução significava tirar do evento o caráter de exemplo que pudesse ser admirado e seguido, modelo que pudesse se espalhar por entre quem não podia fazer parte desta moda, quem não poderia seguir essa tendência. Assim voltamos novamente a Marx e Lavoisier: tudo que era sólido se desmanchava, entretanto nada se perdia – havia re-significação.

E assim como o mar se move através de ondas, e considerando a propagação dos ecos, essas ondas chegaram, nas colônias da América; porque ondas ou se transformam em espuma e ganham o ar ou são facilmente propagadas pelo mesmo. É por isso podemos então estudar o silêncio buscando essas ondas ora marítimas ora sonoras.

### **BIBLIOGRAFIA:**

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário.*, vol. XXIX – São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso.* Rio de Janeiro. Editora Loyola, 1999.

FURET, François/ OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HOBBSAWN, Eric. *Era das Revoluções.* São Paulo Ed. Paz e Terra, 1981.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Editora: Contraponto, 2006, capítulo 3.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos:* imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial: 1820-1840. São Paulo: Hucitec. 2005.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *As formas do Silêncio* - No movimento dos sentidos. São Paulo. Editora Unicamp, 1992.